

ROCHA PEIXOTO

# **OBRAS**

VOLUME II

MUSEU MUNICIPAL DO PORTO. ENSINO.  
POLÍTICA. ENSAIOS DIVERSOS. ECONOMIA.

Edição da CÂMARA MUNICIPAL DA PÓVOA DE VARZIM  
1972

# O MUSEU MUNICIPAL

(À RESTAURAÇÃO) (\*)

O comerciante inglês João Allen, nascido, em 1785, na cidade de Viana do Castelo, reunira, à custa de buscas incessantes e de largos dispêndios, uma vasta série de objectos que mais tarde foram alojados num prédio, especialmente construído para tal fim, em 1838. Ao tempo os colecionadores não se especializavam, como posteriormente, num certo departamento da arte ou do saber; tudo se arquivava: telas, antigualhas, produtos naturais e industriais, estatuária, escultura decorativa, leques e faianças, artefactos e utensílios dos países bárbaros, raridades, etc. Esta foi, pois, a índole do museu particular, então talvez o melhor e mais interessante do país, núcleo excelente para um futuro desdobramento de colecções autónomas.

Em 1846 o viajante Raczynski, que sobre as artes em Portugal escrevera duas obras de certo préstimo, registava a importância do *Museu Allen* e, do mesmo passo, afirmava que, em Lisboa, não havia uma colecção particular que pudesse ser comparada à do negociante inglês. Efectivamente, quando se abriu, em 1840, a primeira exposição da Academia de Belas Artes de Lisboa, ainda lá não existia um museu que, pelo número como pela qualidade das telas, pudesse atingir o valor da colecção particular que existia no Porto, a despeito dos favores e vantagens que a iniciativa oficial alcançava só com os espólios dos conventos.

Em 1833 assim fora organizado o *Museu Portuense*, mais tarde *Ateneu D. Pedro*; e deste primeiro passo surgiria ao diante, em 1836,

---

(\*) Texto publicado no *Guia do Forasteiro no Porto e Província do Minho*, editado por F. Lopes [Porto, s. d. (1895)], pp. 251-261.

Este texto foi transcrito em: Pedro Vitorino — *Os Museus de Arte do Porto (Notas históricas)* (Coimbra, 1930), pp. 164-170.

a organização das Academias de Pelas Artes de Lisboa e Porto. João Allen antecipara-se pois, ao Estado, na organização dum museu, principalmente, de Belas Artes, como é lícito deduzir do informe de Urcullu, no seu *Tratado de geografia*, impresso em 1835, e no qual, além duma excelente notícia acerca de todas as colecções reunidas pelo súbdito britânico, dizia que a série de quadros atingia quase o número de 400, alguns dos quais eram aquisições feitas em Roma sob a direcção do pintor português Domingos António de Sequeira. Até 1848, ano em que morreu o iniciador do actual *Museu da Restauração*, as colecções foram crescendo e de tal sorte que o prédio, especialmente construído para elas, já deficientemente podia contê-las e eram bem evidentes as dificuldades e prejuízos derivados de semelhante acumulação.

O edificio onde se encontram, ainda hoje, as colecções municipais, constava e consta de três salas, com luz superior, sem fachada para a rua. O proprietário, como os terrenos próximos lhe pertencessem, viria decerto a ampliar a casa, já exígua, como fica dito, à data da sua morte; mas a Câmara do Porto que, em 1850, adquiriu o museu pela modesta soma de 19.000\$000 réis, mercê das repetidas instâncias do periodismo do tempo e de não poucas solicitações do público, jamais tratou de instalar as colecções com o desafogo reclamado pelas mais urgentes e assinaladas necessidades de observação e proveito. Vai em 57 anos que se construiu o prédio; há 45 anos que o município adquiriu o museu; passam 43 sobre as reclamações instantes do ainda actual director acerca da indispensável construção ou adaptação de casa própria para convenientemente se instalarem os objectos; pois até hoje o museu da segunda cidade do país, se aloja num prédio de aluguer que, há cerca de meio século, era já acanhado para o regular e razoável acondicionamento das colecções que a instituição comporta!

Aberto ao público em 1852, o director do novo estabelecimento municipal tratou de elaborar um projecto ao qual se subordinaria a sua futura administração. Abrangeria, conforme o referido programa, colecções de produtos naturais e artificiais do reino e suas possessões, de máquinas empregadas na agricultura e na indústria fabril do país, um gabinete de física, um laboratório químico, uma galeria de escultura, outra de quadros, etc. Manifestamente que, por demasiado vasto, tal programa seria hoje inexequível numa só instituição. Os museus agrícolas, os museus industriais, os laboratórios e os gabinetes carecem duma existência autónoma para mais independente e produtiva realização dos seus intuitos; mas nada se perdia, numa época em que, no Porto, mal se cuidava que, ao diante, vários desses estabelecimentos

seriam criados em face das mais instantes e inarredáveis necessidades. O certo é que, graças ao abandono a que o Museu Municipal foi votado por todas as vereações, falhou o programa e em pouco, em muito pouco, acreceu o que já reunira a voluntariosa iniciativa dum só homem.

Pois a despeito da pobreza e do desamparo assinalados, neste instituto do município existem núcleos de colecções que, ampliadas devidamente, constituiriam hoje a mais notável e útil reunião de elementos educativos que a cidade possuiria. Avulta, nomeadamente, a sua galeria de quadros. Eram 599 ao tempo da morte de João Allen e hoje atingem o número de 630, todos em bom estado, pois, segundo as palavras do sr. Joaquim de Vasconcelos «a colecção não tem, felizmente, sofrido o assalto de restauradores ignaros, como tantas outras». Obtidos, uns em Roma, como já dissemos, outros na galeria dos marqueses de Abrantes, outros nos conventos e alguns, poucos, modernamente, a colecção encerra, na opinião das especiais competências, umas 400 telas dignas de apreço. Xavier Pinheiro, um notável paisagista e distintíssimo crítico de arte, hoje desgraçadamente extinto, dirigindo-se na *Provincia*, a quem isto escreve (1887), referia-se assim à galeria:

«É um museu desta ordem: possui um soberbo retrato do grande Van Dyck (361) que vale uma forte dúzia de contos (averiguou-se, posteriormente, que o autor da tela referida era outro); possui uma das mais admiráveis paisagens que conheço (365)—bosque com uma clareira, onde um grupo de cavaleiros passa — paisagem cheia de silêncio e majestosa; esta paisagem, evidentemente flamenga, poder-se-ia colocar ao lado das melhores de Ruysdael... Possui os mais belos pastéis de Pillement, o grande mestre pastelista; possui o mais imprevisto, o mais bem feito quadrozinho flamengo que meus olhos têm visto (43), e defronte do qual, não há muito tempo ainda, um ilustrado estrangeiro, habituado às deliciosas coisas do Louvre e de Amsterdão, irrompia cheio de admiração.

«É um museu que possui uma boa colecção de Sequeiras, o nosso primeiro artista; que possui uma grande porção dos melhores trabalhos do Vieira Portuense, entre os quais o seu célebre *Cristo*; que possui um admirável Grão Vasco; que possui uma inestimável quantidade de finos, de esplêndidos, mesmo, quadros flamengos, interiores, marinhas; que possui o mais surpreendente retratinho, estilo Clouet (344); que possui dois ou três belos esbocetos de Roquemont, entre os quais o notável retrato de barrete encarnado; que possui — oh! delicada e espiritualizada pintura! — dois extraordinários quadros de flores do

Jesuíta de Anvers, com figurinhas de Shut e que trinta contos não pagariam certamente (145 e 269); que possui uma rara colecção de naturezas-mortas; que possui representados quase todos os pintores portuguezes até meado deste século...»

Os pastéis de João Pillement, a que Xavier Pinheiro alude são os de números 159, 199, 221 e 266; o *Crucificado* de Vieira Portuense tem o número 195 e do mesmo artista são os de números 81 e 381; Sequeira, entre outros, é autor dos números 150 e 403; Joaquim Rafael, além de vários esboços, pintou o 374. A assinalar ainda o 323, por muito tempo attribuído a Rubens, mas, com toda a plausibilidade, uma maravilhosa tela de Jordaens.

Nas poucas aquisições modernas bastará registar *Entre o almoço e o jantar*, de Marques de Oliveira e o *Mártir*, de Vitorino Ribeiro; em escultura, secção nula, a bem dizer, conta-se actualmente a *Infância de Caim*, de Teixeira Lopes, e, em gesso, o *Infante D. Henrique*, de Bordalo Pinheiro. O *Catálogo provisório da galeria de pinturas*, publicado em 1853 e ao qual apenas se seguiu o aparecimento do *Catálogo conchiliológico*, merece ser folheado, rapidamente, para tristeza dos interessados e riso dos alegres. Que é uma extraordinária peça, irra!

Em matérias de artes decorativas, após a morte do fundador, o museu assistiu inerte, à canalização, para o estrangeiro, das famosas maravilhas que por cá existiam. A contar: alguns leques e pentes, pequenos objectos esculpturados em marfim e outras substâncias, três pratos hispano-mouriscos, diminutos padrões de azulejos — em terra onde existe a múltiplice e enorme variedade de tipos ornamentais e figurados — outras peças ainda de menor valor. Vem aqui a propósito referir o ensejo que o município do Porto quis perder, há um ano, de se alcançar a mais completa e única colecção de faianças portuguezas (de Guerra Junqueiro) e que hoje pertencem a um colecionador de Coimbra.

As secções de Etnologia e de Arqueologia são, por igual, pobríssimas. Exibem-se algumas armas das colónias portuguezas, um ou outro utensílio de populações selvagens, quatro machados pré-históricos de bronze e dois de pedra, um sarcófago romano, vasos etruscos e pouco mais.

Notável, porém, relativamente, é já a secção numismática, que conta cerca de 7.500 medalhas e moedas e devia considerar-se, há poucos anos (1889), conforme uma opinião autorizada, uma das primeiras do país. Segundo ela — e refiro-me ao que escreveu o sr. Joaquim de Vasconcelos — a série romana republicana, vulgarmente denominada

consular e a romana imperial constituem a jóia da secção. A primeira abrange 293 variedades relativas a 183 famílias monetárias, representadas por 1.130 moedas; a segunda comporta 1.597 exemplares formando 1.075 variedades de cunhos que representam 129 personagens históricos. A série bizantina conta 15 moedas de ouro e 20 de bronze; a suevo-lusitana, notabilíssima para os colecionadores peninsulares, 5 exemplares em ouro; a visigoda encerra 14 moedas de ouro cunhadas pelos reis visigodos das Espanhas; na série grega, além de 268 moedas de ouro, prata e cobre, há a registar uma notável chapa de ouro batida sobre um dos célebres dracmas siracusanos, achada nas proximidades de Bragança e considerada pelo professor Hubner como um documento de alto valor arqueológico; da série celtibérica e hispano-romano-colonial existem 221 moedas.

A série arábica conta 43 exemplares de prata e ouro; e a portuguesa comporta 1.062 exemplares, achando-se representados todos os monarcas portugueses, isto além de 279 moedas coloniais do reino e da série de medalhas portuguesas comemorativas de pessoas e factos pátrios. Para rematar exige ainda menção a série de moedas e medalhas estrangeiras dos tempos modernos, na qual figuram vários estados já apagados no mapa político da Europa.

Em 6.000\$000 réis, próximamente, está computado este excelente e já notável núcleo de colecção numismática.

Passando à História Natural não há palavras que traduzam a miséria duma secção que, pelos títulos sabidos, deveria formar uma das mais importantes províncias do Museu Municipal. A carência dos mais vulgares e capitais documentos da História Natural geral, não só como elementos de ensino, mas para estudos de filiação, classificação e comparação, a ausência de quase tudo o que diz respeito à História Natural do país, a distribuição, ou antes, o amontoamento do pouco que existe, o apodrecimento de muitos exemplares, a promiscuidade a que um apertadíssimo espaço obriga — aranhas, espingardas, minérios, pintassilgos, cães de massa, sardões, areias do Mindelo, sapatos, pólipos, cabelos de D. Inês de Castro, etc. — promoveram, em 1887, uma rija campanha iniciada por uma associação científica do Porto, a *Sociedade Carlos Ribeiro*, com uma publicação que o autor destas linhas subscreve. De Novembro a Dezembro desse ano a imprensa periódica ocupou-se largamente do assunto e a Câmara decidiu-se a nomear uns comissionados seus para delinear a remodelação do museu. Publicaram-se mais tarde dois *Relatórios*, um do sr. Amândio Gonçalves (1888) outro do sr. J. de Vasconcelos (1889). O primeiro ocupava-se da História Natural

e o segundo da Arqueologia, Etnologia, Belas Artes, etc. A Câmara, que pensara em acabar o edificio da biblioteca, votara, no orçamento para 1889, uns 40.000\$000 réis destinados a tal fim. Mas breve os relatórios caíram no esquecimento, não foram discutidos sequer e a verba teve outras applicações, do mesmo passo que nos terrenos anexos ao edificio de S. Lázaro e a utilizar para as necessárias ampliações, se construíram, «provisoriamente» as cavalariças municipais! Hoje, como em 1838, o museu se conserva, pois, no mesmo prédio.

As colecções histórico-naturais abrangem: uma colecção geral de minerais, não abundante em espécies mas com lindos e até alguns raros exemplares; uma colecção regional de minerais de Rio Tinto, arredores do Porto; uma diminuta colecção de minérios portugueses; uma série de rochas do Vesúvio, metade da qual se acha deteriorada; uma pequena quantidade de tipos de mármore portugueses e de procedências estrangeiras; vários animais e plantas fósseis do silúrico e dos terrenos secundários e terciários de Portugal, na máxima parte, inclasificados; algumas aves e mamíferos apodrecidos ou quase perdidos; e das séries zoológicas restantes uma abundante colecção de conchas, farta em quantidade, o que não quer dizer que se notabilize por um número largamente avultado de espécies.

Esta secção, que já em 1835 contava mais de 20.000 conchas, a pequena colecção conchiliológica portuguesa e a série de minerais, são, entretanto, as únicas válidas na parte histórico-natural do estabelecimento.

Desta arte fica indicado ao visitante o actual estado do museu do município do Porto. Conserva-se ainda hoje na existência de penúria que, há 40 e tantos anos, se lamentava já, custando apenas à segunda cidade do país uma verba anual que não excede 500\$000 réis, isto é, com a qual se paga a renda da casa, os ordenados do director e do guarda, a conservação, as aquisições(!) e o expediente! Será difficil encontrar, mesmo no país, um estabelecimento mais criminosamente desamparado pela administração official!

Decerto que organizar hoje um museu com a amplitude do programma inicialmente delineado seria impraticável com os exclusivos recursos camarários. Entanto — e sobejam os exemplos de fora e até caseiros, em Coimbra, na Figueira da Foz, em Santarém, em Leiria, em Évora, em Alcácer do Sal, em Beja, em Faro, etc., — o município do Porto deveria manter um modesto museu onde, em salas convenientemente separadas, instalasse a sua galeria de pinturas, gravuras e esculturas, um pequeno museu de artes decorativas, uma secção arqueoló-